

Crédito rural e desenvolvimento regional: as Linhas Verdes do Pronaf no Rio Grande do Sul

Felipe Gomes Madruga

Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0635-9500>

Alessandra Troian

Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8207-6436>

Mitali Daian Alves Maciel

Universidade Estadual de Campinas – Campinas – São Paulo – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6639-3922>

Juliano Luiz Fossá

Universidade Federal do Pampa – Dom Pedrito – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Resumo

O desenvolvimento regional considera os fatores internos à região, como o crescimento econômico, desenvolvimento social e ambiental. De forma específica, o Rio Grande do Sul, apesar da relevância na produção agropecuária nacional, enfrenta sérias discrepâncias regionais. O estado apresenta duas regiões bem delimitadas, a metade Sul, com grandes propriedades, criação de gado e cultivo de grãos e a metade Norte, com forte presença da agricultura familiar e uma gama variada de atividades econômicas. Ao considerar que o Rio Grande do Sul se destaca como o estado brasileiro que mais acessou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos últimos anos, o presente estudo visa analisar o acesso e a distribuição dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre as regiões do estado gaúcho, no período entre 2015 e 2023. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como quantitativa, realizada mediante a coleta e análise de dados secundários, disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Os resultados mostram que os recursos das linhas verdes do Pronaf se concentraram na região da Serra Gaúcha, os municípios de Antônio Prado, Ipê e Bento Gonçalves, juntos, acessaram aproximadamente 36% dos recursos. Os principais produtos financiados pelas linhas foram tratores, uva e máquinas e implementos. O acesso às linhas verdes do Pronaf sugere certo direcionamento regional e produtivo, o qual precisa ser melhor divulgado e distribuído no estado, como em regiões com emergência ambiental, a exemplo do Pampa Gaúcho.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Dinâmica Regional. Desigualdade.

Rural Credit and Regional Development: The Green Credit Lines of Pronaf in Rio Grande do Sul

Abstract

Regional development takes into account factors internal to the region, such as economic growth, social and environmental development. Specifically, Rio Grande do Sul, despite its importance in national agricultural production, faces serious regional discrepancies. The state has two well-defined regions, the southern half, with large properties, cattle breeding and grain cultivation, and the northern half, with a strong presence of family farming and a varied range of economic activities. Considering that Rio Grande do Sul stands out as the Brazilian state that has accessed the most resources from the National Program to Strengthen Family Farming (PRONAF) in recent years, this study aims to analyze access to and distribution of resources from PRONAF's green lines between the regions of the state between 2015 and 2023. Methodologically, the research is characterized as quantitative, carried out through the collection and analysis of secondary data available in the Central Bank of Brazil's Rural Credit Data Matrix. The results show that resources from Pronaf's green lines were concentrated in the Serra Gaúcha region, with the municipalities of Antônio Prado, Ipê and Bento Gonçalves together accessing approximately 36% of the resources. The main products financed by the lines were tractors, grapes and machinery and implements. Access to Pronaf's green lines suggests a certain regional and productive targeting, which needs to be better publicized and distributed throughout the state, such as in regions with environmental emergencies, like the Gaucho Pampa.

Keywords: Family Farming. Regional Dynamics. Inequality.

Crédito rural y desarrollo regional: las Líneas Verdes del Pronaf en Rio Grande do Sul

Resumen

El desarrollo regional tiene en cuenta factores internos de la región, como el crecimiento económico y el desarrollo social y medioambiental. Concretamente, Rio Grande do Sul, a pesar de su importancia en la producción agrícola nacional, se enfrenta a graves discrepancias regionales. El estado tiene dos regiones bien definidas, la mitad sur, con latifundios, ganadería y cultivo de cereales, y la mitad norte, con una fuerte presencia de la agricultura familiar y una variada gama de actividades económicas. Considerando que Rio Grande do Sul se destaca como el estado brasileño que más ha accedido a los recursos del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) en los últimos años, este estudio tiene como objetivo analizar el acceso y la distribución de los recursos de las líneas verdes del PRONAF entre las regiones del estado entre 2015 y 2023. Metodológicamente, la investigación se caracteriza por ser cuantitativa, realizada mediante la recopilación y el análisis de datos secundarios disponibles en la Matriz de Datos de Crédito Rural del Banco Central de Brasil. Los resultados muestran que los recursos de las líneas verdes del Pronaf se concentraron en la región de Serra Gaúcha, con los municipios de Antônio Prado, Ipê y Bento Gonçalves accediendo juntos a aproximadamente el 36% de los recursos. Los principales productos financiados por las líneas fueron tractores, uvas y máquinas e implementos. El acceso a las líneas verdes del Pronaf sugiere una cierta focalización regional y productiva, que necesita ser mejor divulgada y distribuida en el Estado, como en regiones con emergencias ambientales, como la Pampa Gaucha.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Dinámica Regional. Desigualdad.

1 Introdução

O desenvolvimento é marcado por um conjunto de conceitos que carregam pensamentos pragmáticos vinculados às teorias do planejamento, do desenvolvimentismo e do campo econômico (Pimenta, 2014). O anseio em compreender as questões regionais remete às teorias surgidas a partir de 1960, como contraponto às teorias da localização. O desenvolvimento regional ganhou destaque no Brasil na segunda metade do século XX, especialmente entre economistas e geógrafos (Etges e Degrandi, 2013).

O desenvolvimento regional passou a considerar cada vez mais os fatores endógenos, ou seja, internos à região, a partir da valorização das características específicas e do seu capital intangível. “A teoria do desenvolvimento regional busca conhecer o papel do espaço, da política pública e dos territórios na melhoria da qualidade de vida e no progresso econômico das regiões” (Ferrera de Lima, 2020, p. 132). A ideia de desenvolvimento perpassa à política de incentivos ou aumento de produção e renda, ela deve incluir o bem-estar de determinada população.

A ênfase que se faz ao desenvolvimento regional se vincula à possibilidade de superação das injustiças e desigualdades do capital (Pimenta, 2014). Nos termos de Celso Furtado “queiramos ou não, os grandes problemas do Brasil somente podem ser diagnosticados se se tem do país uma visão que leve em conta a fratura fundamental dessa desigualdade regional” (Furtado, 1981, p. 120). Assim, a promoção do desenvolvimento regional se vincula à construção da cidadania, devendo ser o desenvolvimento humano o foco da ação (Ferrera de Lima, 2020).

Theis (2020), ao analisar a perspectiva do desenvolvimento regional nacional e internacionalmente, destaca que o diagnóstico de Celso Furtado acerca da questão regional no Brasil é de que o economista anunciou a natureza do processo de desenvolvimento desigual, que preside a economia brasileira, uma economia subdesenvolvida, periférica e dependente. Para o autor, Furtado apresentou a necessidade de enfrentar o desenvolvimento regional desigual e refletir sobre as forças do atraso.

Em razão disso, como campo de estudo, o desenvolvimento regional tem o potencial de ser o condutor da demanda na formulação de políticas e planos correspondentes, considerando as características específicas das regiões, sejam elas subdesenvolvidas, estagnadas ou superpovoadas (Oliveira, 2021). O desenvolvimento regional necessita ser fomentado por uma política governamental em conjunto com a sociedade civil, na qual o planejamento é crucial nas propostas, considerando aspectos como a especificidade geográfica, a imposição da população sobre recursos naturais, a estrutura social, e as instituições religiosas, psicológicas e culturais (Furtado, 2009). Nesse sentido, Theis et al. (2021), afirmam que o espaço não é neutro, ele reflete as ações humanas e tem conexão com a política e o planejamento regional.

O Brasil é caracterizado como um país de dimensão continental, heterogêneo e profundamente desigual. A representação mais conhecida sobre a questão da desigualdade regional, remonta às décadas entre 1930 e 1950, e se relaciona à ideia da existência de “dois Brasis”. O território nacional foi dividido por uma profunda diferenciação que separa as regiões mais modernas do Sudeste e Sul das regiões mais atrasadas do Norte e Nordeste (Grin et al., 2021). As diferenças regionais no país se

acentuaram com o processo de industrialização, concentrada desde a economia cafeeira na região Sudeste, responsável por transformações, como o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos devido ao fenômeno do êxodo rural, promovido pela queda do ciclo cafeeiro (Rego e Marques, 2011).

Os principais eixos econômicos regionais no Brasil eram o Sul do país com a pecuária e a sua longa tradição de abastecimento ao mercado interno. O Nordeste com a economia açucareira e a produção de algodão, e o Norte com o ciclo da borracha na Amazônia (Holanda, 1995). Contudo, as relações de trabalho, como o não assalariamento, na região Norte, dificultaram a constituição de um mercado regional interno; a estagnação técnica no Nordeste foi a principal responsável pelo baixo dinamismo e produtividade da região; e a falta de dinâmica industrial autossustentada no Sul, impediram que essas regiões atingissem o mesmo progresso do Sudeste (Cano, 1998). Assim, ao captar de forma sintética a realidade do desenvolvimento regional no Brasil, essa divisão, por diversos motivos históricos, continua sendo uma marca intrínseca e estrutural do desenvolvimento regional nacional.

Em especial, na Região Sul do Brasil, apesar de o Rio Grande do Sul ser considerado como um dos estados brasileiros mais desenvolvidos do país, em termos de participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com o percentual de 6,50% – quarto estado – puxado pela agropecuária, principalmente o cultivo da soja (Ibge, 2021). Como também em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com 0,77, em 2021, nível considerado alto, sendo o quinto maior do país (Ibge, 2024), quando se analisa regionalmente, é possível verificar que o estado possui discrepâncias e diferenciações regionais. A formação econômica e social do Rio Grande do Sul apresenta duas regiões historicamente distintas: a Metade Norte e a Metade Sul.

O processo de desenvolvimento regional da metade Norte do estado do Rio Grande do Sul, que possui como macrorregiões o Nordeste e a região Metropolitana de Porto Alegre, revela uma sociedade caracterizada por pequenas e médias propriedades formando a base para a presença de indústrias e, conseqüentemente, das concentrações urbanas (Tillmann, Menezes e Fernandez, 2017). A dinâmica demográfica e a economia de aglomeração que se instalaram nas proximidades da capital gaúcha, constituem um dos principais fatores para a expansão e diversificação da metade Norte. Ademais, as aglomerações e o alto crescimento da renda per capita tendem a se localizar na região da Serra. Conforme Fochezatto e Céspedes (2023), a demografia das empresas no Rio Grande do Sul mostra que as maiores taxas de sobrevivência estão na macrorregião Nordeste do estado.

No que se refere ao contexto de desigualdades regionais, a metade Sul apresenta um panorama em que a estrutura produtiva é totalmente distinta da metade Norte. A questão do “atraso no desenvolvimento” da metade Sul do Rio Grande do Sul remonta aos anos 1990, em que se formulou a tese de região “atrasada” e “empobrecida”, contrapondo-se à metade Norte industrializada e desenvolvida (Soares e Sassi, 2019). A região, predominantemente agrária, é considerada de baixo desenvolvimento, por manter sua base agropastoril e estrutura fundiária extremamente concentrada.

Cabe frisar, que a divisão entre metade Norte e metade Sul do Rio Grande do Sul não corresponde a um recorte político-administrativo formal, mas resulta de

construções históricas, econômicas e sociais. Conforme Soares (1996), a historiografia econômica identifica o final do século XIX e início do XX como o marco da decadência relativa da metade Sul, em contraste com o dinamismo crescente da região Norte, vinculada à colonização de base familiar e à industrialização. Essa diferenciação deu origem ao chamado “geografismo” político e econômico, que opõe dois modelos de desenvolvimento: de um lado, a metade Norte, marcada por pequenas e médias propriedades, diversificação produtiva e posterior industrialização; de outro, a metade Sul, caracterizada por grandes propriedades, pecuária extensiva e baixa densidade populacional (Bandeira, 1994; Coronel, 2016). Territorialmente, Verschoore Filho (2000), já sinalizava que a metade Sul compreendia 98 municípios situados ao sul da faixa que liga Palmares do Sul, no Leste, a São Borja, no Oeste, correspondendo a cerca de metade do território estadual, mas respondendo, em 1998, por apenas 17% do PIB gaúcho.

Contudo, como observam Soares (1996) e Hentz (2013), reduzir a região à noção de atraso ou pobreza seria uma simplificação. A estagnação econômica da metade Sul não significa ausência de riqueza, mas sim concentração fundiária e produtiva que gerou desigualdades sociais marcantes. De fato, pecuaristas, produtores de arroz e soja alcançam altos níveis de renda e qualidade de vida, enquanto parcela significativa da população enfrentam desemprego, pobreza e falta de acesso a serviços básicos (Alves, Silveira e Ferreira, 2007; Hentz, 2013). Assim, a chamada “pobreza da metade Sul” deve ser compreendida menos como um fenômeno homogêneo e mais como resultado de uma estrutura socioeconômica concentradora, que beneficia determinados grupos e exclui outros. Nessa perspectiva, a divisão Norte-Sul não expressa apenas uma diferenciação territorial, mas sobretudo a coexistência de modelos de desenvolvimento distintos e desiguais dentro do mesmo estado.

O acesso à terra, aquelas consideradas improdutivas, foram desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais, possibilitando o acesso por famílias de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Ferron e Troian, 2020). O fraco dinamismo da economia da metade Sul do estado gaúcho tem como limitador a baixa variedade dos produtos oriundos da agropecuária (Cargnin, 2014). Por outro lado, a conjuntura, a partir do advento da modernização agrícola, com a expansão das lavouras, sobretudo de soja, apresenta-se como ameaça ao desenvolvimento do Pampa Gaúcho (Maia e Troian, 2022).

Com a expansão da agricultura moderna, o Pampa Gaúcho passa por diversas transformações que crescem exponencialmente sobre seu campo nativo. As problemáticas resultantes da exploração produtiva do modelo convencional de agricultura¹ têm provocado alterações no território, como a conversão de ambientes naturais em lavouras de grãos. Esse movimento tem propiciado efeitos negativos no

¹ O termo é usado em contraste a outros modelos, como o agroecológico. Ele se refere ao padrão dominante que se consolidou sobretudo a partir da Revolução Verde (décadas de 1960 e 1970). Caracteriza-se pela utilização intensiva de insumos químicos (fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e herbicidas), mecanização em larga escala, irrigação intensiva e adoção de sementes melhoradas ou geneticamente modificadas. Apesar de ter contribuído para elevar a produção de alimentos, está associado a impactos socioambientais significativos, como degradação do solo, contaminação da água, perda de biodiversidade e concentração fundiária (Altieri, 2002).

cenário rural, que se materializam em degradação ambiental e cultural, bem como em problemas socioculturais (Netto e Vargas, 2019; Maia e Troian, 2020).

No contramovimento da difusão da agricultura em escala industrial, as atividades agropecuárias, realizadas por agricultores e pecuaristas familiares carregam o potencial de reduzir os danos ao território, devido à forma de uso e a ocupação. Nessa perspectiva, evidencia-se o amplo sentido ao qual denotam essas atividades, na relação entre o campo e o homem, como também a inter-relação resultante deste processo que, carregam em sua gênese, fatores de valorização territorial, mediante técnicas de manejo de proteção da biodiversidade, que promovem uma nova relação entre os seres humanos e a natureza, pautada na qualidade de vida e no bem-estar (Maia, Troian e Maciel, 2024).

Como forma de potencializar a produção rural familiar, o Rio Grande do Sul destaca como o estado brasileiro que, nas últimas décadas, mais acessou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a finalidade de prover crédito agrícola subsidiado para apoiar a categoria social (Schneider, Cazella e Mattei, 2021; Fossá, Villwock e Matte, 2024). O expressivo acesso ao crédito no estado gaúcho ocorre em função de seu potencial produtivo, da capacidade do tecido social dos produtores rurais em termos de organização – para adesão à política de crédito – e da capilaridade do sistema bancário em todo o estado, especialmente do Banco do Brasil e das cooperativas (Cavinato e Capitani, 2023).

Nesse sentido, cabe destacar que o crédito rural é o principal instrumento de apoio à agropecuária nacional, e se colocou como elemento determinante no processo da modernização “dolorosa” (Graziano da Silva, 1982) da agricultura brasileira. A partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, se institucionalizou enquanto política pública, fornecendo os recursos para incremento e ampliação da capacidade produtiva dos produtores nacionais (Delgado, 2012). As décadas que sucederam a criação do SNCR foram amplamente marcadas por uma tríplice seletividade no que se refere ao acesso dos recursos. A maioria dos recursos foram destinados aos grandes produtores, das regiões Sul e Sudeste, os quais se dedicavam à produção de *commodities* agrícolas, especialmente aquelas cujo destino eram os mercados internacionais (Sorj, 1980).

Segundo Grisa e Schneider (2015), a agricultura familiar tem uma longa trajetória de reivindicação junto ao Estado brasileiro por uma política pública adequada à sua realidade para acesso ao crédito rural. Os movimentos sociais não encontraram espaço de diálogo com o governo federal até o final do período da ditadura militar, o qual perdurou até o ano de 1985 (Mattei, 2015). A promulgação da Constituição Federal, em 1988, marca a participação dos demais atores sociais, e a agricultura familiar começa a ocupar assentos nos espaços participativos do Estado brasileiro (Grisa e Schneider, 2015).

Pode-se destacar três fatores que foram determinantes para que na década de 1990 tenha sido criada a primeira política pública específica a agricultura familiar, a saber: i) as grandes manifestações em nível nacional das organizações sociais do campo; ii) a virada conceitual do entendimento no meio acadêmico do papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país; iii) estudo em parceria entre FAO/INCRA, publicado em 1994 que estabeleceu as diretrizes e os enquadramentos da agricultura familiar brasileira (Mattei, 2015; Grisa e Schneider, 2015). Inicialmente, se estabeleceu o Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), que é

considerado o embrião do Pronaf (Bianchini, 2015). Em 1995 é criado o Plano Nacional da Agricultura Familiar (Planaf), documento que em complemento ao Provap garantiu as bases para o estabelecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Fossá, 2021).

O Pronaf foi criado em 1996 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto Federal 1.946/1996. O programa é um marco na intervenção e atenção do Estado brasileiro à agricultura familiar (Schneider, Cazella e Mattei, 2021). Isto porque o Estado cria uma política pública específica ao segmento da agricultura familiar, que, inicialmente, previa para além do financiamento rural, a perspectiva da governança participativa e o suporte à melhoria da infraestrutura das comunidades rurais (Gazolla e Schneider, 2013). O Pronaf passou por diversas modificações ao longo dos anos, principalmente a partir do ano de 2003, para a ampliação do público-alvo, adequações nos prazos de pagamentos, redução das taxas de juros para atender a realidade da agricultura familiar brasileira (Mattei, 2015)².

A partir do Plano Safra de 2003/2004 foram ampliadas as possibilidades de financiamento junto ao Programa, ou seja, novas linhas de financiamento com objetivo de atender públicos específicos da agricultura familiar, bem como incentivar a produção de forma sustentável do ponto de vista ecológico e ambiental (Fossá et al., 2023). Aquino, Gazolla e Schneider (2021) além de identificaram tais linhas com a nomenclatura “Verdes”, apontam para um certo otimismo que poderia amplificar as possibilidades daqueles agricultores com interesse em trilhar caminhos alternativos ao padrão tecnológico de modernização da agricultura brasileira. De lá, para cá, quase duas décadas se passaram e praticamente nada se alterou, persistindo a lógica do Pronaf em centrar suas operações e a maior parte dos recursos a poucos cultivos, *commodities* agrícolas, integradas às cadeias do agronegócio (Wesz Junior, 2021; Conterato, Bráz e Rodrigues 2021; Toledo e Zonin, 2021; Fossá, Schervinski Villwock e Matte, 2024). Para Aquino, Gazolla e Schneider (2021), as operações das linhas Verdes apresentaram resultados pífios nos 15 anos subsequentes a sua implementação.

Na perspectiva de Weid (2006), a prática de execução das linhas verdes do Pronaf não apresenta sintonia entre a realidade e as demandas das formas de produção sustentáveis e as exigências operacionais do sistema bancário. Fossá, Tonezer e Badalotti (2018) e Fossá et al. (2023) demonstram as fragilidades de tais políticas no que se refere ao acesso, tanto em número de contratos como de recursos acessados. Niederle e Wesz Junior (2022) consideram que as linhas verdes não conseguem melhores resultados em função da dependência da própria trajetória do Pronaf. Já Fossá e Troian (2024) apontam que o Pronaf segue a mesma lógica e trajetória verificada com as linhas tradicionais do SNCR. Aquino, Gazolla e Schneider (2021) apontam que o sistema bancário que opera o programa Pronaf não assume as linhas verdes como prioritárias e estratégicas ao desenvolvimento do segmento, e como solução, propõe que o governo federal estabeleça um mínimo de recursos que

2 O Plano/Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 estabelece previsão de disponibilidade de crédito rural via Pronaf na quantia de R\$ 76 bilhões (Brasil, 2024). Em complemento, divulga incentivo às linhas verdes, inclusive com recursos não reembolsáveis em montante de R\$ 100 milhões, e um canal de financiamento específico de incentivo à transição agroecológica de R\$ 35 milhões. Entretanto, apesar da possibilidade do acesso, a se confirmar, o montante destinado ainda é significativamente restritivo e representa patamar inferior à 0,20% do total do programa (Brasil, 2024).

obrigatoriamente deveriam ser aplicados nestas linhas de financiamento do Pronaf que se propõem a formas alternativas e sustentáveis de agricultura.

Em consequência ao que foi apresentado, compreende-se que diversas são as barreiras e obstáculos que ainda persistem quanto à melhoria do desempenho das linhas “verdes” do Pronaf. Fossá et al. (2023) destacam que é necessário rever os requisitos do sistema bancário, bem como a cultura organizacional destas instituições. Além disso, é urgente superar a falta de conhecimento e informações do público destas linhas. A superação deste cenário e um significativo incremento de recursos destinados à produção de alimentos em modelos sustentáveis, pode contribuir para ampliação de famílias agricultoras que se desafiam em atuar nesta perspectiva. Assim como é possível, no futuro, ampliar a diversidade de produtos e garantir melhores e maiores espaços de comercialização. Adequações nas normas operativas das linhas verdes podem contribuir para o fortalecimento do segmento rural familiar e promover ações que visem o desenvolvimento das regiões.

Com efeito, para promover e incentivar sistemas produtivos de base agroecológicos, foram criadas linhas especiais de crédito que ficaram conhecidas como linhas verdes, que se configuram como uma importante política creditícia para a produção sustentável (Lopes e Almassy Junior, 2023). As linhas foram desenvolvidas para fomentar práticas sustentáveis na agropecuária e promover a adoção de tecnologias e manejos que respeitem a biodiversidade, desempenhando papel importante no incentivo à conservação ambiental. As linhas verdes que compõem o Pronaf são: i) Agroecologia; ii) Floresta; e iii) Eco. Apesar do caráter inovador, a implementação dessas linhas não impediu uma desigual distribuição e acesso ao crédito nas diferentes regiões brasileiras, prevalecendo o avanço das linhas tradicionais do Programa e a concentração do volume de recursos, sobretudo na região Sul do país (Fossá et al., 2023).

Considerando a discrepância no acesso ao crédito rural, a relevância da agricultura familiar no cenário econômico regional e a importância das políticas que visam incentivar a produção sustentável, o presente estudo tem como objetivo analisar o acesso e a distribuição dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre as regiões do estado gaúcho, no período entre 2015 e 2023. Especificamente, a pesquisa visa identificar o acesso às linhas verdes do Pronaf nos municípios do Rio Grande do Sul e averiguar os bens e cultivos financiados por meio do crédito. O texto está organizado em três seções, a contar desta introdução. Na seção a seguir, apresenta-se o caminho metodológico da pesquisa. Na sequência são discutidos os resultados do estudo e, por fim, tecem-se as considerações finais e são apresentadas as referências consultadas.

2 Metodologia

O estudo possui abordagem quantitativa, realizado mediante a coleta e análise de dados secundários, dos microdados do crédito rural no Brasil. A abordagem quantitativa busca teorias objetivas para examinar relações entre variáveis (Creswell, 2021). Os dados utilizados estão disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural. Eles foram coletados no sítio oficial do Banco Central do Brasil, através dos *microdados do crédito rural e do proagro*. Foram utilizadas as tabelas

contendo os *dados de operação contratada*, tantos recursos públicos ou privados, compreendendo a série temporal que tem início em 2015 e termina em 2023. O recorte temporal se justifica devido a disponibilidade dos dados, que inicia no ano de 2015 e à coleta ter sido realizada durante o mês de março de 2024. As informações coletadas retratam tanto o número de contratos quanto os valores financeiros acessados dos recursos das linhas verdes do Pronaf para cada ano agrícola, considerando os seguintes subprogramas presentes nos microdados: Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, ABC + (Recuperação, Orgânico, Plantio Direto, Integração, Florestas, Ambiental, Manejo de Resíduos, Dendê).

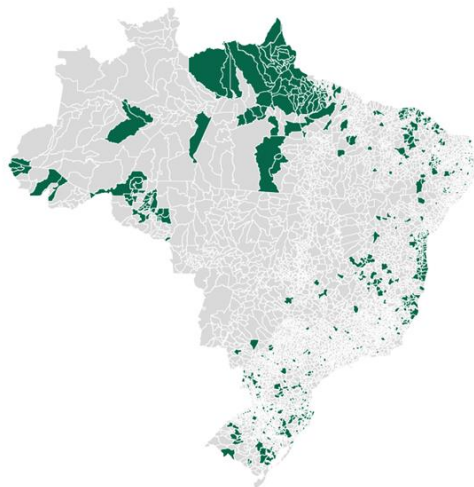
Os valores financeiros de crédito acessados nas linhas verdes do Pronaf refletem os valores monetários a preços de março de 2024, cujo deflacionador utilizado foi o IGP-M, segundo orientações de Hoffmann (2006). Os dados foram analisados por meio da linguagem R, via o programa RStudio, com o uso dos seguintes pacotes: tidyverse, dbplyr, camcorder, ggtext, scales, ggrepel, showtext, sf, DBI, janitor. Além disso, também se utilizou a linguagem SQL, via Postgresql, para manipulação iniciais dos microdados. A análise seguiu a construção de tabelas e gráficos que sumarizam os números de contratos e os valores financiados pelas linhas verdes do Pronaf, em nível agregado (Brasil) ou desagregado (municípios e unidades estaduais).

3 A dinâmica do Pronaf Linhas Verdes no Estado Gaúcho

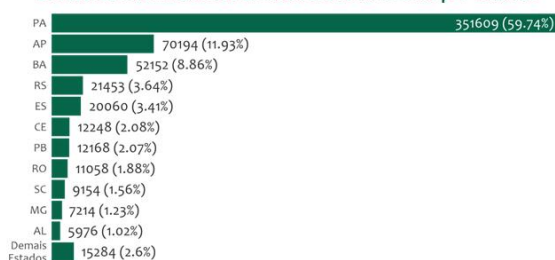
A seção de resultados inicia apresentando a análise das linhas verdes do Pronaf, que incluem os seguintes subprogramas: i) Pronaf Floresta; ii) Pronaf Agroecologia; e iii) Pronaf ABC+. Primeiramente, é apresentado o panorama nacional (Figura 01), destacando a distribuição geográfica das regiões e dos municípios que mais acessaram o programa, além dos valores dos recursos obtidos por estado e a proporção de acesso entre eles. Em seguida, discorre-se, em especial, como o estado do Rio Grande do Sul se insere na dinâmica.

Figura 01. Distribuição geográfica dos recursos das linhas verdes do Pronaf no Brasil entre 2015 e 2023

A. Distribuição Geográfica dos Municípios com Acessos as Linhas Verde do Pronaf



B. Valores Acessados nas Linhas Verdes do Pronaf por Estados



C. Proporção dos Acessos as Linhas Verdes do Pronaf por Estados



Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

A Figura 01 apresenta três gráficos relacionados ao acesso às linhas verdes do Pronaf no Brasil. O Gráfico A destaca a distribuição geográfica dos acessos entre os municípios brasileiros. Observa-se uma alta concentração de municípios na região Norte do país, totalizando mais de 71% dos recursos totais acessados, em seguida o Nordeste, além de algumas áreas específicas no Sul e Sudeste.

Na Região Norte, o estado do Pará lidera com 59,74% dos valores totais acessados, expressiva margem em relação aos demais estados. O Pará é o maior receptor tanto em valores acessados quanto na distribuição geográfica dos municípios com acesso às linhas verdes do Pronaf, refletindo uma concentração significativa de recursos localmente. O Amapá é o segundo estado em volume de recursos, com 11,93%. Embora o montante seja bem inferior em relação ao Pará, ele ainda representa uma parcela significativa do total. Conforme Fossá et al. (2022) tal concentração se deve em função do Pronaf Floresta que concentra majoritariamente suas operações nesta unidade da federação.

Os possíveis fatores explicativos para a concentração da distribuição podem estar relacionados à ação de projetos ambientais e de manejo sustentável em grande escala na Amazônia. Assim como, a importância estratégica da preservação ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis na região como, por exemplo, as atividades de recuperação de áreas degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e o foco na produção agroecológica de alimentos que, caracterizam-se como importantes ações para promover o desenvolvimento rural sustentável e justificam o elevado volume de recursos direcionados ao Norte, na busca por compatibilizar a produção com a preservação.

Na Região Nordeste, a Bahia é o terceiro estado mais relevante em termos de valores acessados (8,86%). A concentração de municípios com acesso no Norte e Oeste do estado indica a relevância do programa para áreas de agricultura familiar em regiões semiáridas. Ademais, com uma participação com valor moderado, na região Sul, o estado do Rio Grande do Sul ocupa a quarta posição com 3,64%. A participação do estado gaúcho sugere que, mesmo com um número expressivo de

agricultores familiares, a demanda por recursos de alto valor não é uma realidade. Percebe-se que os recursos das linhas verdes do Pronaf na região Sul podem estar sendo utilizados para projetos de menor porte em comparação à região Norte, bem como melhorias incrementais na produção agropecuária.

Outro elemento a ser considerado se refere à diversificação da produção agrícola na região Sul, que tende a influenciar o tipo de financiamento buscado. Isto é, produções de carne, leite, hortaliças, frutas e grãos são comuns na agropecuária familiar da região, essas atividades podem exigir um financiamento mais moderado, em comparação a projetos de grande porte. Isso significa que, embora os projetos sejam diversos, os volumes de crédito são baixos, resultando em menor soma de valores acessados. Além disso, a região Sul é conhecida pela organização de cooperativas agrícolas e elas tendem a concentrar recursos de forma coletiva, o que pode significar que, mesmo com valores menores individualmente, há uma capilaridade do crédito no estado.

O gráfico C apresenta o número de municípios que acessam as linhas verdes do Pronaf, em comparação com o total de municípios em cada estado brasileiro. Os dados permitem observar uma desigual distribuição entre os estados. A exemplo de Minas Gerais que, apesar de ser o estado com o maior número de municípios no Brasil (853), relativamente, apenas 39 acessaram os subprogramas. O estado apresenta uma proporção semelhante à de São Paulo, com cerca de 4,60% de acesso dos municípios. No Rio Grande do Sul, dos 497 municípios, 87 acessaram as linhas verdes do Pronaf. Embora seja uma quantidade maior em números absolutos, ainda representa uma baixa penetração em relação ao potencial do estado.

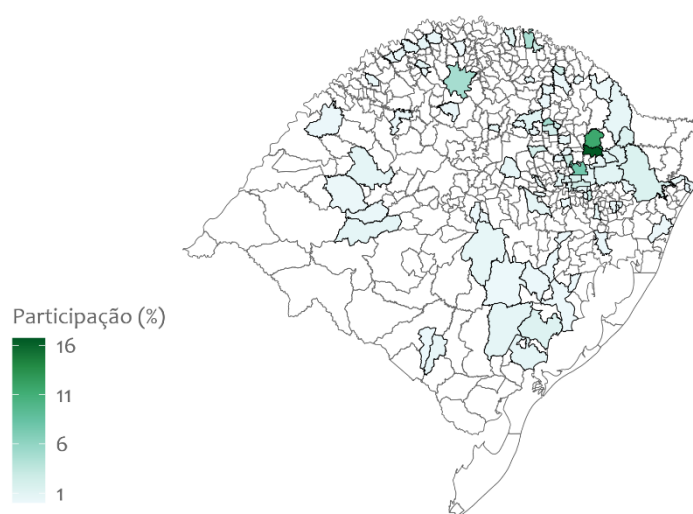
O Rio Grande do Sul apresenta o seu espaço organizado e dividido de acordo com sua estrutura fundiária. Uma parte é de domínio do latifúndio pecuarista, localizado nas mesorregiões Sudoeste e Sudeste que se caracteriza pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, com produção baseada na pecuária extensiva, rizicultura e soja, principalmente. A outra fração é de domínio das pequenas e médias propriedades localizadas nas mesorregiões da metade Norte do estado, onde ocorreu a colonização alemã e italiana. Originalmente, nessas regiões, predominam propriedades familiares com produção diversificada, entretanto, atualmente, essas mesorregiões constituem os espaços modernizados e especializados da agricultura gaúcha com investimentos voltados, sobretudo à exportação (Medeiros e Rodrigues, 2017).

Conforme Coronel, Alves e Silva (2007), a baixa produtividade na metade Sul é agravada pela escassez de estímulos econômicos³. No setor primário, relaciona-se à limitada diversificação de cultivos, pouco espírito empresarial, deficiência em inovações tecnológicas e, o mais preocupante, a cultura de acomodação que leva à

³ Essa divisão não corresponde a um recorte homogêneo nem político-administrativo, mas a uma construção histórica e analítica frequentemente utilizada em estudos de economia regional. Ao se falar em metade Sul e mNorte, corre-se o risco de invisibilizar as heterogeneidades internas de cada porção do território. Como ressaltam Alves, Silveira e Ferreira (2007) e Hentz (2013), embora a metade Sul seja associada à estagnação econômica e à pobreza, nela também se encontram setores altamente dinâmicos, como pecuaristas e produtores de soja e arroz. O mesmo ocorre na metade Norte, onde coexistem áreas industrializadas e regiões rurais com indicadores sociais frágeis. Assim, a dicotomia Norte-Sul deve ser entendida como um recurso analítico, e não como a descrição de realidades uniformes.

estagnação dos segmentos produtivos. Os autores destacam que as discrepâncias regionais entre a metade Norte e Sul do estado são reflexos dos desafios enfrentados pela pecuária, atividade que historicamente definiu a metade Sul. Além de uma série de fatores, tais como a inadequação dos solos para diversos tipos de cultivo, a distância significativa dos centros de consumo, a falta de infraestrutura de transporte adequada e a concentração excessiva de terras em grandes propriedades, constituem-se como elementos determinantes para a limitada diversificação da agricultura na região. Avançando na análise, na Figura 02, a seguir, evidencia-se a configuração da participação dos municípios gaúchos no acesso às linhas verdes do Pronaf.

Figura 02. Participação dos municípios gaúchos nas linhas verdes do Pronaf entre 2015 e 2023



Fonte: Banco Central do Brasil - Microdados do Crédito Rural e do Proagro. Acesso: 10/03/2024.

Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

A participação dos municípios está representada em diferentes tonalidades de verde. A legenda mostra que quanto mais escura a cor, maior é a porcentagem na participação. A intensidade varia de 1% a 16%. Os municípios, geograficamente, com maior participação, destacados em verde escuro, apresentam alta adesão às linhas verdes do Pronaf, concentra-se, principalmente, na região Noroeste e na serra gaúcha e em algumas partes do sudeste do estado. Há uma quantidade significativa de municípios com baixa participação (tonalidade clara). O contraste na intensidade sugere que, em muitos municípios, os subprogramas ainda não estão implementados.

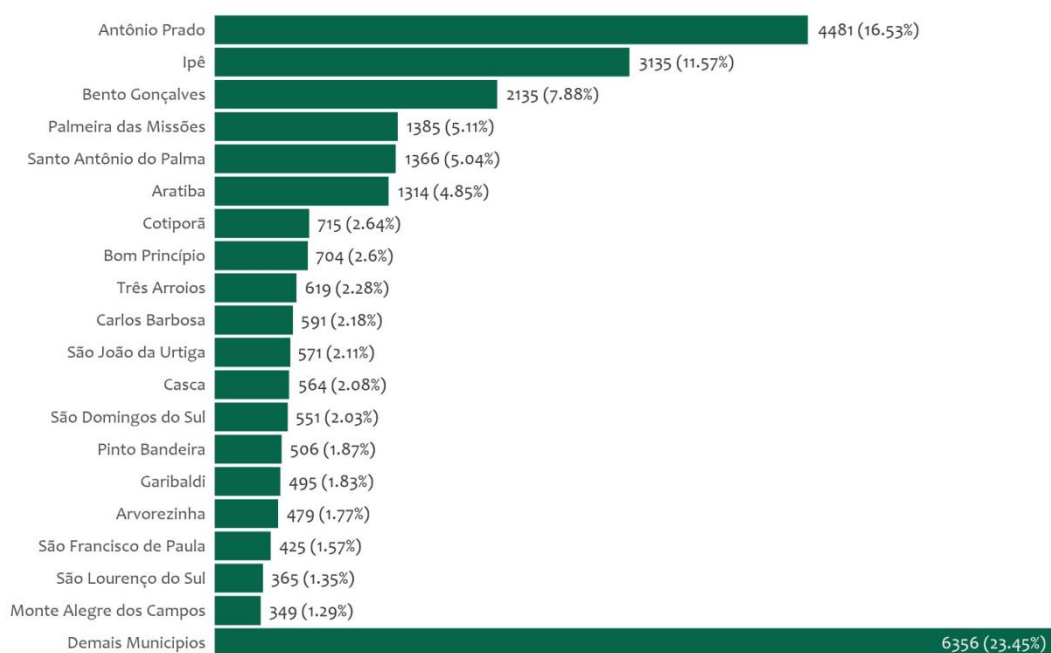
As linhas verdes do Pronaf, conforme Fossá et al. (2023), têm buscado financiar técnicas produtivas que minimizem o impacto da atividade rural ao meio ambiente, assim como possibilitar ao agricultor familiar o melhor convívio com o bioma onde a sua unidade de produção está inserida. Em relação aos ecossistemas naturais, Paludo e Costabeber (2012), destacam que o modelo de monocultivos tem sido responsável pela perda drástica de biodiversidade em todos os biomas e o fenômeno tem promovido a perda de espécies nativas e o risco de extinção de

plantas e de animais silvestres. A simplificação também resulta em crescentes desequilíbrios ecológicos, no rompimento de cadeias tróficas e na artificialização extrema das áreas de produção. Além disso, esse modelo agrícola também contribui para a insegurança alimentar, pois o objetivo principal da produção é financeiro.

Para Silva e Souza (2024), um dos motivos para a explicação das desigualdades de distribuição dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre as regiões, em especial, o Pronaf Agroecologia, centra-se nas disparidades apresentadas entre as dinâmicas de mercado, a falta de conhecimentos sobre os subprogramas ou até mesmo a forte burocracia contida nas políticas de crédito. Stoffel, Rambo e Eberhardt (2020), também observaram alguns limitantes ao acesso dos agricultores familiares à linha do Pronaf voltada para a agroecologia, sendo eles: i) desconhecimento por parte dos possíveis beneficiários quanto aos procedimentos para acesso; ii) dificuldades para atendimento às exigências de acesso à linha (principalmente em relação aos documentos); e iii) receio ao endividamento, falta de divulgação e de interesse por parte das instituições financeiras na linha.

Destarte, a Figura 03, a seguir, mostra o acesso aos recursos das linhas verdes do Pronaf nos municípios do Rio Grande do Sul, com valores acumulados em milhões de reais e a porcentagem correspondente à participação no total dos recursos. Observa-se que os recursos das linhas verdes Pronaf se concentram na região da Serra Gaúcha. O município de Antônio Prado lidera o acesso, com R\$ 4,511 milhões (16,74% do total). Os municípios de Ipê e Bento Gonçalves também se destacam com valores expressivos, recebendo R\$ 3,131 milhões (11,61%) e R\$ 2,097 milhões (7,78%), respectivamente. Esses três municípios juntos têm mais de 36% dos recursos acessados, ou seja, representam mais de 1/3 do total de recursos distribuídos no estado.

Figura 03. Acesso dos municípios gaúchos às linhas verdes do Pronaf entre 2015 e 2023



*Demais municípios: São Marcos, Erval Grande, Caxias do Sul, Boa Vista do Sul, Marau, Coronel Pilar, Roca Sales, São Martinho, Cacequi, Pelotas, Canguçu, Santiago, Venâncio Aires, Farroupilha, Três Passos, Crissiumal, Portão, Vacaria, São Vendelino, Barão, Cachoeira do Sul, Candiota, Flores da Cunha, Barros Cassal, Lagoa dos Três Cantos, Mampituba, Araricá, Torres, Cândido Godói, São Vicente do Sul, Marques de Souza, Tenente Portela, Estação, Nova Hartz, Nova Bassano, Tapejara, São Francisco de Assis, Nicolau Vergueiro, Panambi, Água Santa, Santo Antônio das Missões, Paverama, Paraíso do Sul, Dom Feliciano, Entre-Ijuís, Porto Alegre, Encruzilhada do Sul, Osório, Sapiranga, Tupanci do Sul, Camargo, Horizontina, Esmeralda, Dom Pedro de Alcântara, Hulha Negra, Canela, Dois Lajeados, São Valério do Sul, Camaquã, Fagundes Varela, Santa Clara do Sul, Seberi, Sananduva, Sentinela do Sul, Tucunduva, São Jerônimo, Novo Cabrais e Tupandi.

Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

Outros municípios como Santo Antônio do Palma (5,10%), Palmeira das Missões (4,89%) e Aratiba (4,74%) seguem na lista com valores significativos, mostrando uma distribuição mais moderada do crédito. A distribuição limitada mostra que os recursos estão acessíveis a diferentes regiões, mas ainda existe concentração nos municípios líderes. Um total de R\$ 6,02 milhões (22,33%) foi alocado para um grupo de 67 municípios que estão categorizados como “demais municípios”, cada um com participação inferior a 1%. Isso reflete uma pulverização dos recursos em várias áreas, mas com um impacto menor individualmente em cada município. O valor combinado é expressivo, mostrando que as linhas verdes do Pronaf são acessadas por um número considerável de municípios, ainda que com menor intensidade. A distribuição dos recursos abrange tanto municípios de maior quanto de menor porte.

Sobre os municípios líderes no acesso às linhas verdes do Pronaf, Antônio Prado é um município situado na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo limitado ao norte pelo município de Ipê, com população estimada de 13.328 habitantes e IDH-M de 0,75 (IBGE, 2024a). O município possui 1.036 estabelecimentos agropecuários, sendo 83,88% caracterizados como agricultura familiar. Na produção agrícola, a uva é o cultivo de maior expressão, seguido do pêssego, ameixa, maçã, caqui, laranja, tangerina, limão, figo, pêra, goiaba e noz. Os principais cultivos da lavoura temporária são alho, cebola, amendoim, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, trigo, tomate, hortaliças e leguminosas diversas (IBGE, 2017).

Conforme Venturin (2023), Antônio Prado se destaca por ser cenário das primeiras experiências em produção agroecológica do RS e do Brasil. A produção agroecológica teve início na primeira metade dos anos 1980, e a partir das primeiras famílias de agricultores, nasce a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA), primeira associação de agricultores ecológicos da Serra Gaúcha e uma das primeiras do Brasil. Atualmente, há no município 15 estabelecimentos que possuem certificação de produção agroecológica. Os produtos agroecológicos são comercializados em feiras, lojas e supermercados da região e da capital. Além disso, com o desenvolvimento da produção ecológica no município nasceram inovações sociotécnicas fundamentais para os processos de transição agroecológica no país, tais como a certificação participativa, caldas para controle fitossanitário, biofertilizantes, modificações no manejo de solos, entre outras.

Juntamente com Antônio Prado, ipê, destaca-se na proposição agroecológica. Município da Serra Gaúcha, com população estimada em 5.496 habitantes e IDH-M

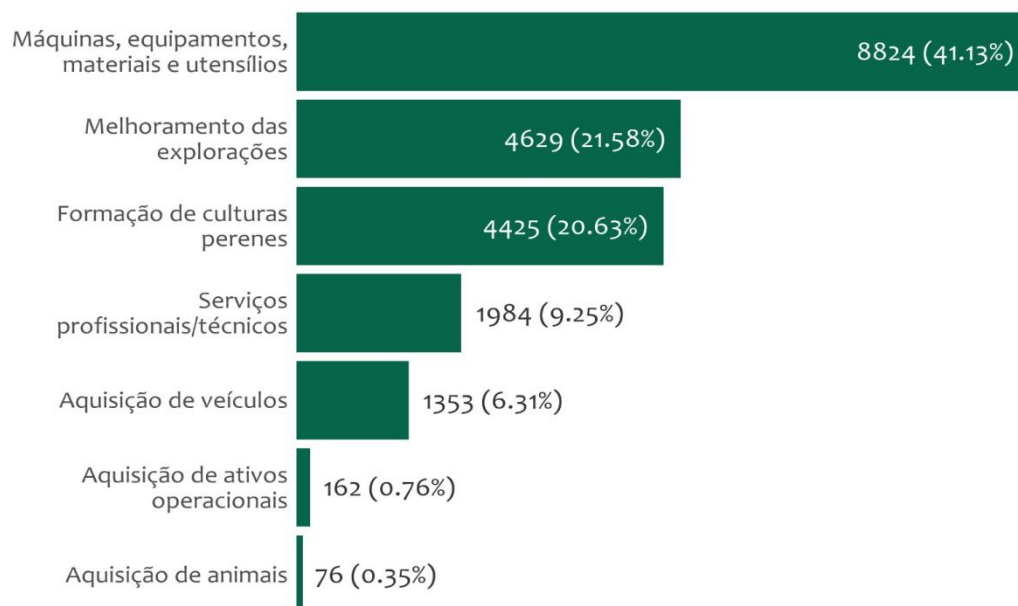
de 0,72 (IBGE, 2024b), Ipê foi agraciado com o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica (Brasil, 2010). De acordo com Oliveira, Silva e Schneider (2010), nasceu em Ipê o movimento dos agricultores familiares em direção a uma nova forma de fazer agricultura, as famílias estavam em busca de novas atividades, já que tradicionais estavam em crise. Segundo Oliveira (2020, p.347), “para alguns, representava uma nova possibilidade econômica. Para outros, a motivação fundamental se relacionava com o ‘medo dos venenos’, ou ainda por casos concretos de intoxicação relacionada ao uso de agrotóxicos”. Assim, a agricultura ecológica passou a constituir-se como uma alternativa viável e rentável, com a produção de maçã, pêssego, alho e cebola.

Para Oliveira, Schneider e Marques (2017), Ipê e Antônio Prado foram um dos primeiros casos de produção agrícola “fora da linha” no Brasil, com o desvio das regras dominantes do modelo produtivo tradicional. Nestes municípios, há 85 famílias organizadas em oito associações e duas cooperativas de agricultores ecologistas que produzem alimentos ecológicos tais como frutas, hortaliças, grãos e agroindustrializados. Os autores identificaram em Ipê e Antônio Prado nove agroindústrias que produzem principalmente derivados de uva (sucos e vinhos) e de tomate (molhos e extratos). Outra organização fundamental na agricultura agroecológica desses municípios é o Centro Ecológico de Ipê, ONG que, desde o final dos anos 1980, atua na experimentação, formação e assessoria em agricultura ecológica.

Já o município de Bento Gonçalves tem população estimada em 127.775 mil habitantes e IDH-M de 0,77 (IBGE, 2024). Destaca-se pela produção de uvas, sucos e vinhos finos, faz parte de rotas turísticas da viticultura e do enoturismo, caracterizando-se como um dos principais destinos no Brasil (Trevisan et al., 2023). Segundo Mattia, Macke e Sarate (2017), sua visita é definida simbólica e concretamente aos valores de suas paisagens e aos modos e costumes da migração europeia, fundamentalmente italiana, que são valores regionais e territoriais constituintes nas formações de seus espaços turísticos.

As experiências de Ipê e Antônio Prado são extremamente representativas na análise da produção agroecológica, dado que as famílias de agricultores têm buscado construir e consolidar mecanismos de agregação de valor aos produtos agrícolas, através da agroindustrialização em pequena escala e da constituição de canais alternativos de comercialização, articulando o redesenho dos agroecossistema. Logo, o cenário reflete a intensidade do acesso ao crédito nas linhas verdes do Pronaf, que se funda no movimento articulado dos atores locais, pela cultura da sustentabilidade e promoção da produção ‘limpa’ e alimentação saudável. A Figura 04, na sequência, detalha as principais modalidades de financiamento das linhas verdes do Pronaf.

Figura 04. Modalidade de crédito financiados pelas linhas verdes do Pronaf no Rio Grande do Sul entre 2015 e 2023



Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

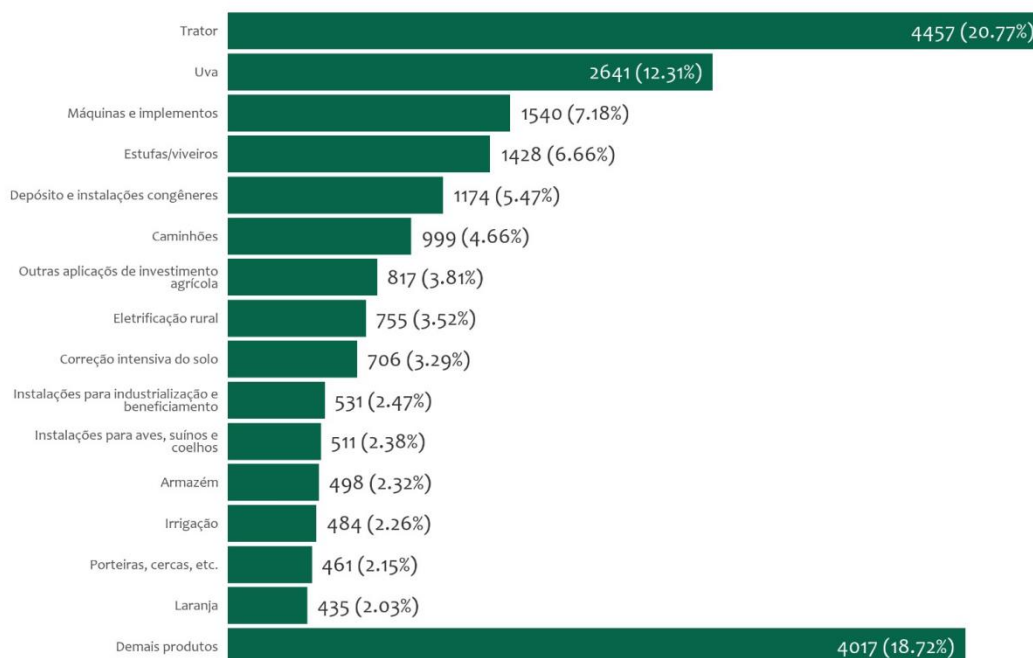
No RS, a maior parte do crédito (41,27%) foi direcionado para máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, totalizando R\$ 8,82 milhões. Isso reflete a importância da mecanização e da infraestrutura nas atividades financiadas pelas linhas. O melhoramento das explorações recebeu R\$ 4,58 milhões (21,44%), indicando o foco na melhoria das práticas agrícolas e condições das propriedades rurais. A formação de culturas perenes ocupa o terceiro lugar, com R\$ 4,43 milhões (20,73%), o que sugere um forte incentivo para o cultivo de culturas de longo prazo, como frutíferas ou florestais.

Serviços profissionais/técnicos representam aproximadamente dois milhões (9,17%). Isso pode incluir consultorias técnicas, assessoria em manejo sustentável ou planejamento agroecológico. A aquisição de veículos aparece com R\$ 1.341 milhões (6,27%), possivelmente voltado para o transporte de insumos, produtos ou máquinas. A aquisição de ativos operacionais (R\$ 163 mil - 0,76%) e aquisição de animais (R\$ 77 mil - 0,36%) têm uma participação menor. Os dados indicam que os recursos estão sendo prioritariamente alocados para investimentos em maquinário, melhorias de infraestrutura rural e formação de culturas perenes, reforçando o foco na modernização da agricultura familiar, com ênfase em mecanização, melhorias estruturais e culturas de longo prazo.

Schneider et al. (2020), discorrem acerca da efetividade do Pronaf Agroecologia, como política pública, em comparação com outras modalidades de financiamento da produção agrícola, reforçando a similaridade do modelo de financiamento agroecológico com os mecanismos tradicionais de financiamento do Pronaf. Os autores destacam a melhoria de algumas das características do Pronaf Agroecologia, principalmente no que se refere aos prazos, que deve ser mais adequada à realidade vivenciada nos processos agroecológicos. Assim como, a promoção de mudanças na forma de atuação dos agentes operadores do crédito para que o Programa seja amplamente acessado e atinja um maior número de

beneficiários. A Figura 05, logo abaixo, apresenta os produtos financiados pelas linhas verdes do Pronaf. Os três principais produtos financiados são tratores (R\$ 4.432 milhões), uva (R\$ 2.644 milhões) e máquinas e implementos (R\$ 1.537 milhões), juntos representam mais de 40% dos recursos aplicados.

Figura 05. Bens financiados via Pronaf Verde no Rio Grande Do Sul entre 2015 e 2023

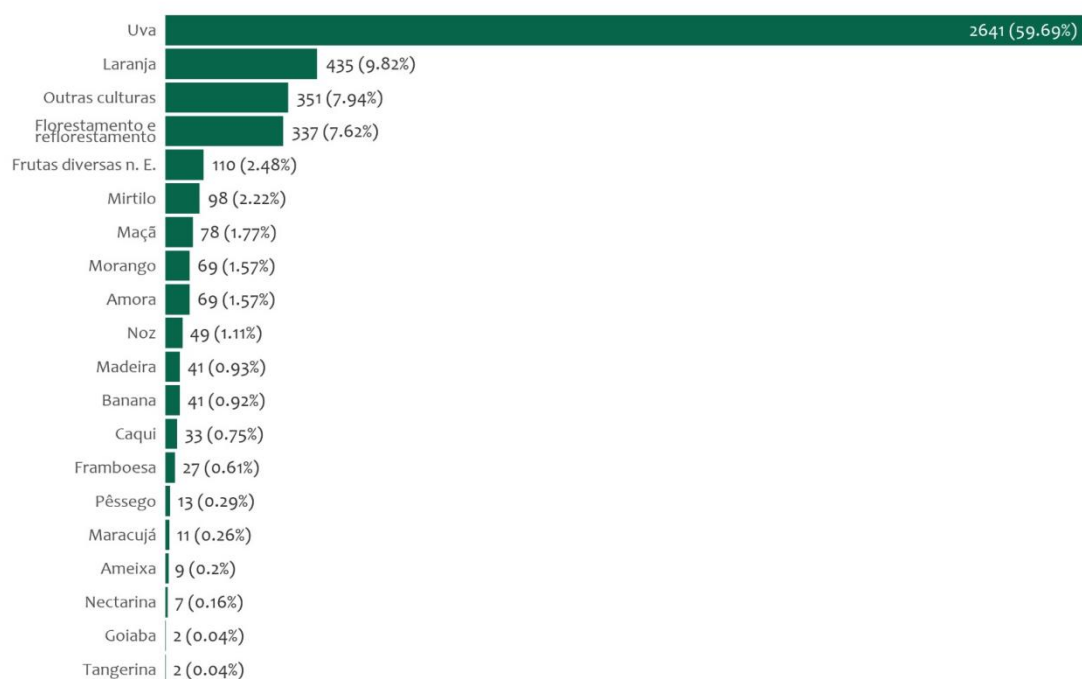


Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

No geral, a distribuição dos recursos é relativamente diversificada, abrangendo itens desde tratores e máquinas agrícolas até estufas/viveiros, correção de solo e irrigação. No entanto, o panorama mostra que as linhas verdes do Pronaf ao financiar majoritariamente tratores e máquinas, parece estar incentivando mais intensamente a modernização da agricultura do que as práticas sustentáveis.

Em compatibilidade, com as linhas tradicionais, Conforme Troian e Machado (2020), o Pronaf está longe de cumprir com o seu propósito de desenvolvimento: reduzir a desigualdade no meio rural. Isto é, o Pronaf, em tese, encontra-se na contramão, tem promovido a agricultura moderna, sendo basicamente acessado por produtores de *commodities* em regiões com seletividade a favor de agricultores capitalizados. Com efeito, os autores também observaram a concentração regional de crédito e o baixo acesso de agricultores familiares residentes de regiões mais empobrecidas. Assim, ao longo de sua trajetória, o Pronaf tem contribuído para o aumento da especialização das atividades agrícolas e a redução da diversificação da produção de alimentos básicos, fortalecendo os agricultores integrados aos mercados (Gazolla e Schneider, 2013; Scapin e Troian, 2023). Fato que pode ser extrapolado e com tendência semelhante de reprodução no caso das linhas verdes do Pronaf, posto que a significativa participação de investimentos em máquinas e equipamentos, tende a estar correlacionado ao modelo de agricultura mais capitalizada e integrada a cadeias de valor. Na Figura 06, apresenta-se os alimentos financiados, na modalidade cultivos perenes.

Figura 06. Cultivos perenes financiados pelo Pronaf Verde no Rio Grande do Sul entre 2015 e 2023



Fonte: Elaboração própria a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

A uva é o produto mais financiado, com R\$ 2.644 milhões, representando 59,69% do total. O dado mostra elevada predominância da produção no escopo de cultivos perenes financiados, em função de sua importância econômica para a região da Serra Gaúcha que se destaca como produtora de vinho e sucos no Brasil. A laranja aparece em segundo lugar, mas com uma diferença significativa, obtendo apenas 9,67% do total financiado. A distância destaca como a produção de uvas domina a captação de recursos para os cultivos perenes.

Há presença notável de outros diversos produtos de menor expressão, como mirtilo, maçã, morango, amora, noz, madeira, banana e outros, que possuem percentuais abaixo de 2,50%. Os valores indicam que, apesar de serem financiados, os cultivos têm menor relevância no conjunto total de crédito. A concentração é clara em três produtos (uva, laranja e florestamento) que, juntos, representam mais de 77% do total financiado, enquanto os demais produtos têm participação bastante limitada. Sendo assim, o financiamento de cultivos perenes pelas linhas verdes do Pronaf é fortemente concentrado, com destaque absoluto para a uva, e uma gama diversificada de outros produtos recebe uma fatia significativamente menor do total financiado. Isso sugere um direcionamento regional e produtivo específico do Programa, ao mesmo tempo em que reflete a importância econômica de determinadas culturas em relação a outras.

4 Considerações finais

A promoção do desenvolvimento se alinha à superação das injustiças e das desigualdades de renda, terra, capital e outras. No estado gaúcho, faz-se urgente ações e políticas que visem à redução das desigualdades regionais, de acessos e de oportunidades. Historicamente, visualiza-se a discrepância entre a metade Sul e a metade Norte do estado e, apesar do esforço em ações regionais, como por exemplo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), a desigualdade perpetua, com vistas a se elevar, com o advento da modernização da agricultura e o avanço da produção de *commodities*, como o cultivo da soja, mantendo a estrutura fundiária extremamente concentrada.

Nesse sentido, o Pronaf, enquanto política pública, desempenha um papel de destaque no fortalecimento da agricultura familiar, com diferentes graus de ação e intervenção regional, e reforça a importância de se considerar políticas que possam ampliar o acesso ao crédito em regiões menos dinâmicas e favorecidas. Destaca-se sobretudo, a relevância de políticas de crédito que fomentem a agricultura familiar, como categoria social, a resgatar o seu papel na produção e comercialização de alimentos, de maneira mais sustentável e com respeito ao ambiente, como as linhas verdes foram planejadas.

No entanto, a dinâmica das linhas verdes do Pronaf no estado do Rio Grande do Sul reforça a desigualdade regional, uma vez que o acesso no período em questão – entre 2015 e 2023 – concentra-se na região da Serra Gaúcha. Ou seja, os resultados demonstram a limitação das linhas verdes do Pronaf em contribuir com o processo de desenvolvimento regional, por meio da redução das disparidades socioeconômicas nas regiões, impulsionamento da economia local e diversificação da pauta produtiva do estado.

Os municípios de Antônio Prado, Ipê e Bento Gonçalves, reconhecidos regional, nacional e internacionalmente pela produção de uvas e vinhos, pelas cooperativas agrícolas e a produção agroecológica, acessaram aproximadamente 36% dos recursos das linhas verdes do Pronaf para todo o estado gaúcho. Em contrapartida, as regiões com grandes extensões de terra e com o avanço da produção de grãos para a exportação vem ameaçando a sustentabilidade e as características do Bioma Pampa.

O uso dos recursos das linhas verdes do Pronaf é fortemente concentrado em uma região e um único produto. Isto é, no Rio Grande do Sul, a maior parte do acesso aos recursos ocorre na Serra Gaúcha para financiar, aperfeiçoar e modernizar a produção de uvas. Além disso, no período em análise, no RS, a maior parte do crédito das linhas verdes foram utilizadas para a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, o que leva ao questionamento sobre se, de fato, as linhas verdes fomentam a novidade, a agroecologia e a sustentabilidade ou se elas são apenas ações incrementais, já que financiam os mesmos produtos, bens e equipamentos que o sistema de produção convencional financia.

Por outro lado, de maneira emergente e com menor relevância, tem-se 38 municípios, distribuídos no estado gaúcho, que acessaram os recursos das linhas verdes. Isso pode indicar que agricultores de todo o estado, em menor medida, conhecem e fazem uso das linhas de crédito de fomento à sustentabilidade. O cenário

pode sinalizar alternativas produtivas sustentáveis ao modelo hegemônico de produção gaúcha.

Por fim, acredita-se na relevância e necessidade de estudos mais aprofundados para analisar os resultados do crédito verde no dia a dia dos agricultores familiares, na produção e comercialização de alimentos e no desenvolvimento regional. Também, considera-se pertinente pesquisas qualitativas, realizando coleta de dados primários, a partir de entrevistas com agricultores e agentes de desenvolvimento, como técnicos da Emater, por exemplo, para identificar o perfil dos agricultores beneficiados, bem como os entraves e desafios no acesso aos recursos disponibilizados pelas linhas verdes do Pronaf.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 4, p. 82-97, 2007.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 163-189, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5548>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas de Crédito Rural e Proagro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tabelas-credito-rural-proagro>. Acesso em: 10/03/2024.

BANDEIRA, P. S. **As Raízes Históricas do Declínio da Região Sul**. Crescimento Econômico da Região Sul do RS. Causas e Perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - Secretária do Planejamento e da Administração, p. 07-48, 1994.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

BRASIL. Lei n. 12.238, de 19 de maio de 2010. Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 mai. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano/Safra 2024/2025**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 26 out. 2024.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 13, p. 19-35, 2014.

CAVINATO, N. R.; CAPITANI, D. H. D. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 32, n. 2, p. 429-455, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2023v32n2arto8>

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A Commoditização do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5578>

CORONEL, D. A. O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista da FAE**, Curitiba, PR, v. 10, n. 2, p.17-27, 2007.

CORONEL, D. A.; ALVES, F. D.; SILVA, M. A. Notas sobre o processo de desenvolvimento da Metade Sul e Norte do Estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, RS, v. 3, n. 2, p. 27-43, 2007.

CRESWELL, J. D. **Projetos de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2021.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, SC, v. 1, p. 85-94, 2013.

FERRERA DE LIMA, J. O desenvolvimento regional como fenômeno regional. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. M. L. (Eds.). **Celso Furtado: a esperança militante**, v. 3, p. 129-162, 2020.

FERRON, J.; TROIAN, A. O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, RS, v. 32, 2020.

FOCHEZATTO, A.; CÉSPEDES, C. H. R. Demografia de empresas no Rio Grande do Sul: uma análise das diferenças regionais no período 2006-2013. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 38, n. 88, p. 229-251, 2023.

FOSSÁ, J. L.; TONEZER, C.; BADALOTTI, R. M. As linhas alternativas do PRONAF em Santa Catarina: alcances e limites. **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, SC, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24021/raac.v15i1/2.5053>.

FOSSÁ, J. L.; SCHERVINSKI VILLWOCK, A. P.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 22, n. 60, p. 1-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>

FOSSÁ, J. L.; LUZ, A. A. da; RENK, A. A.; VILWOCK, A. P. S.; MATTE, A. (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 20, n. 2, abr./jun. 2023.

FOSSÁ, J. L.; VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, ano 22, n. 60, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701>

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Análise da distribuição do crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, MG, v. 19, n. 55, p. 51-75, 2024. DOI: 10.14393/RCT195573102. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/73102>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FURTADO, C. **O Brasil pós “milagre”**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 51, p. 45-68, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRIN, E. J. et al. O mapa regional das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento humano no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, SP, n. 2, 99-122, 2021.

GRISA C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2015.

HENTZ, A. C. G. **A Pobreza na metade sul do Rio Grande do Sul**. 72 f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SCR - Sistema de Contas Regionais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

IBF. Instituto Brasileiro de Florestas. **Bioma Amazônico**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-amazonico>. Acesso em 10 de out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Antônio Prado**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras/antONIO-prado/pesquisa/24/76693>. Resultados definitivos 2017. Acesso em: 06 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Índice de Desenvolvimento Humano 2021**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras/antONIO-prado/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 27 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Antônio Prado**. 2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras/antONIO-prado/panorama>. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Ipê**. 2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras/ipe/panorama>. Acesso em: 08 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Bento Gonçalves**. 2024c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras/bento-goncalves/panorama>. Acesso em: 12 out. 2024.

LOPES, L. M. R. C de A.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O financiamento da produção sustentável na agricultura familiar: uma análise do PRONAF no estado da Bahia. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, SC, v. 13, p. 63-84, 2023.

MAIA, J. F.; TROIAN, A. O Pampa Gaúcho: fatores materiais e imateriais na consolidação do território. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 31, n. 57, p. 01-19, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6722>

MAIA, J. F.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A.. A Imaterialidade do material: o Pampa Gaúcho na prática e no imaginário dos agricultores e pecuaristas familiares agroecológicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 20, n. 1, 2024. Doi: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v20i1.6819>

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015.

MATTIA, A. A.; MACKE, J.; SARATE, J. A. R. Enoturismo e Território: o caso do Vale dos Vinhedos (RS/Brasil). **Turismo: Visão e Ação**, Itajaí, SC, v. 19, n. 1, p. 52-78, 2017.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (orgs.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios – NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

NETTO, T. A.; VARGAS, D. L. de. Territorialização da soja no contexto da agricultura familiar na fronteira Brasil/Uruguaí. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 34, n. 71, p. 428-447, 2019.

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Revista Raízes**, Campina Grande, PB, v. 42, n. especial, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>

OLIVEIRA, D. Inovação e transição agroecológica em Ipê e Antônio Prado/RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 2, p. 339-363, jun. 2020.

OLIVEIRA, D.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A conquista da autonomia através dos mercados: como pequenos agricultores mudaram sua forma de produzir e comercializar a produção em Ipê (RS). **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 28, p. 249-282, 2010.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C. Contextualização e práticas criativas na agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS: o biofertilizante Super Magro como objeto epistêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, v. 41, p. 83-104, ago. 2017.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, Toledo, PR, v. 25, n.1, p. 203-219, jan./jun. 2021.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J. A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 3, número especial, p. 44-66, set.2014.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

SCAPIN, B.; TROIAN, A. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 21, n. 59, p.1-19, 2023. \DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>

SCHNEIDER, A. L. et al. Análise da funcionalidade do PRONAF Agroecologia em uma propriedade na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 10, n. 1, p. 164-174, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21206/rbas.v10i1.9280>

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 42-67, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5660>

SILVA, M. A. B. da; SOUSA, E. P de. Análise evolutiva do Pronaf Bioeconomia nas regiões brasileiras, 2018-2023. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, RS, v. 31, n. 2, 2024.

SOARES, P. R. R. “Décadence avec élégance”: uma crítica ao discurso da Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 2, n. 1, p. 67-85, 1996.

SOARES, P. R. R.; SASSI, L. O. A RIDE Metade Sul do Rio Grande do Sul e as escalas do planejamento regional. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, n. 34, p. 124-134, 2019.

SORJ, B. **Estado e classes sociais, na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STOFFEL, J.; RAMBO, A. G.; EBERHARDT, P. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 2, p. 809-831, 2020.

THEIS, I. M. et al. Regional development: construction of a knowledge field? **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v.18, n.1, p. 244-257, 2021.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Orgs.). **Celso Furtado: a esperança militante. Desafios**, v. 3, Campina Grande: EDUEPB, 2020,

TILLMANN, E. A.; MENEZES, G. R.; FERNANDEZ, R. N. Análise das diferenças regionais do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 32, 2017.

TOLEDO, E.; ZONIN, V. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, p.141 –162, 2021.DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5371>

TREVISAN, T. et al. Avaliação dos indicadores de Sustentabilidade Ambiental dos empreendimentos de turismo no roteiro Caminhos de Pedra, Bento Gonçalves-RS,

Brasil. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, RS, v. 15, n. 4, p.949-965, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i4p949>

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 18, n. 50, 2020.

VILELA, L.; PEROZZO, L. **ipeadatar**: Interface for Ipea Data API. R package version 0.1.6. Disponível em: <https://cran.r-project.org/package=ipeadatar>. Acesso em: 10/03/2024.

VENTURIN, E. **Representações sociais dos jovens rurais acerca do trabalho na agricultura familiar e da vida no meio rural em Antônio Prado/RS**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

VERSCHOORE FILHO, J. R. de S. **Metade Sul**: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

WEID, J. M. von der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**, São Paulo, SP, v. 3, n. 1, p. 1820, abr. 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5353>.

Felipe Gomes Madruga. Doutor em Economia. Professor na Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento. Conde de Porto Alegre, 1043, apartamento 604, CEP, 97573595. felipemadruga@unipampa.edu.br

Alessandra Troian. Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa). Rua Barão do Triunfo, 1048, cento, Santana do Livramento, RS, CEP 97573-634. alessandratroian@unipampa.edu.br

Mitali Daian Alves Maciel. Mestre em Administração. Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Rua Pitágoras, 353, Cidade Universitária, Campinas, SP, CEP 13083-857. mitali.maciel@gmail.com

Juliano Luiz Fossá. Doutor em Administração. Professor na Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito / Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGD TSA/UFPEL). Rua 21 de Abril, nº 80, Bairro São Gregório, Dom Pedrito, RS, CEP 96450-000. E-mail: julianofossa@unipampa.edu.br

Submetido em: 28/10/2024

Aprovado em: 06/05/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Mitali Daian Alves Maciel, Alessandra Troian e Juliano Luiz Fossá.

Curadoria de Dados (Data curation): Felipe Gomes Madruga, Alessandra Troian, Juliano Luiz Fossá e Mitali Daian Alves Maciel.

Análise Formal (Formal analysis): Os quatro autores participaram do processo de análise.

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): A pesquisa foi realizada com recursos próprios.

Investigação/Pesquisa (Investigation): Os quatro autores participaram do processo.

Metodologia (Methodology): Os quatro autores participaram do planejamento e elaboração da metodologia adotada na pesquisa.

Administração do Projeto (Project administration): Dispensa.

Recursos (Resources): Próprios dos autores.

Software: Felipe Gomes Madruga.

Supervisão/orientação (Supervision): Dispensa.

Validação (Validation): Dispensa.

Visualização (Visualization): Dispensa.

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Os quatro autores participaram da escrita do texto.

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Os quatro autores participaram da revisão do texto.

Fontes de financiamento: A pesquisa foi realizada com recursos próprios dos autores.

A versão em inglês contou com o apoio da Daiinter/UNIPAMPA, especificamente por meio do Edital de Tradução 01/2025.